

---

## DESAFIOS À SOCIEDADE EUROPEIA DO SÉCULO XXI

ISABEL COSTA LEITE

No final deste século, deparamo-nos, na Europa, com uma sociedade inserida num enquadramento político, económico e social sujeito a pressões variadas. A sua resposta deverá seguir determinadas vertentes tais como incentivos à participação política, fomento de acções de recurso à natalidade, reforma da segurança social e reorientação moral ou espiritual. A implementação dos respectivos mecanismos e a reestruturação institucional da sociedade europeia prosseguirão durante o próximo século e deles dependerá o nosso futuro bem-estar.

At the end of this century the European society finds itself surrounded by a political, economical and social environment which is permanently pressed by distinct factors. Its answer should follow different perspectives such as the incentives to political participation, increasing actions of birth-rate resort, social security reform and moral or spiritual reorientation. The implementation of each mechanism and the institutional restructuring of the European society will follow during the next century and our future well being will depend on them.

Na sociedade global em que vivemos, a Europa tem ainda necessidade de encontrar as respostas às ameaças e desafios que lhe são colocados por força de pressões tanto externas como internas.

Frente às duas forças económicas e políticas com que tem de se relacionar permanentemente, Estados Unidos e Japão, a Europa é a que mais dificuldades encontra. Isso deve-se, sobretudo, à própria evolução e transição que a sociedade europeia tem sofrido, não apenas no que se refere à construção da Europa mas na mentalidade e comportamento dos europeus.

Para podermos enfrentar o futuro que se avizinha com a entrada no séc. XXI, temos de ultrapassar e solucionar problemas específicos. São eles:

- a desconfiança no sistema político que leva à chamada "crise da democracia" exigindo, assim, uma reforma no sentido de permitir uma maior participação e interesse por parte dos cidadãos;
- o decrescimento demográfico da Europa que naturalmente já preocupa as entidades estatais devido à sua intrínseca relação com o sistema de contribuição para a segurança social dos países europeus levando, por sua vez, à questão da "crise do Estado Providência";
- a prioridade da protecção ambiental e segurança sobre os interesses económicos o que encontra situações de difícil conciliação devido ao declínio do crescimento económico nos países europeus;

## DESAFIOS À SOCIEDADE EUROPEIA DO SÉCULO XXI

- a alteração de valores nas diferentes gerações pondo em causa a religião institucionalizada levando ao aparecimento e rápido desenvolvimento de pequenos grupos de carácter religioso (seitas) assim como muitas outras prioridades e princípios que sempre caracterizaram e diferenciaram a sociedade europeia das restantes.

140

Após esta introdução poderemos analisar com mais detalhe o conteúdo de cada um destes aspectos. Na Europa, tem-se procedido a um debate geral sobre a democracia, pois as democracias ocidentais têm mostrado alguns defeitos que necessitam urgentemente de solução. Apenas os cidadãos podem tornar a democracia uma realidade porque ela define-se, de acordo com Alain Touraine, pela «*naturaleza de los lazos entre sociedad civil, sociedad política y Estado*» (1994: 73). O enfraquecimento dos regimes democráticos consiste numa baixa participação política associada a uma diminuição na taxa de participação eleitoral, em parte motivada pela falta de consciência de cidadania, pelo pessimismo económico e pelo aumento da desconfiança nas instituições políticas para a qual tem contribuído a divulgação de casos de fraude e corrupção. Torna-se importante o desenvolvimento de uma educação e cultura cívicas além da capacidade moral dos dirigentes para cativar e conservar a confiança dos cidadãos.

A participação política é um elemento fundamental na existência da democracia pois a transferência de decisões para as elites aumenta a apatia dos cidadãos (Jauregui 1994: 65) o que poderá levar à “democracia sem povo”. A administração pública tem tido um contínuo aumento das suas responsabilidades em assuntos sociais pelo que se as suas novas funções não forem adequadas haverá um maior défice de legitimidade provocando um aumento de concentração do poder por parte do Estado e uma diminuição na capacidade dos cidadãos para controlar esse poder.

A democracia representativa tornou-se, na prática, o modelo de funcionamento dos sistemas democráticos. No entanto, este deve ser questionado pois os Parlamentos estão a atravessar algumas dificuldades e não correspondem às expectativas dos seus eleitores.

As guerras e as crises económicas, sociais ou políticas são oportunidades que poderão levar a mudanças necessárias (Crozier s/d: 56). Mas, as instituições políticas não são adequadas e devem ser reformadas de forma a adaptarem-se ao novo mundo em que vivemos.

A existência de interesses diversos, não permitindo a formação de uma sociedade solidária e com objectivos comuns, leva ao afastamento dos cidadãos relativamente aos seus representantes. Provavelmente, e como defende Toffler (1984: 423), o sistema político deverá seguir o princípio da democracia “semidirecta” em que os cidadãos deixarão de depender

totalmente de representantes. A insuficiência da democracia representativa exige uma alternativa de criação de novas estruturas políticas que permitam uma participação mais activa dos cidadãos passando pela democratização e adaptação das instituições como partidos, parlamento e governo. Ao mesmo tempo será importante reforçar a iniciativa popular e o referendo cuja prática tem vindo a aumentar na Europa. Recentemente, em debates sobre a Nação e Democracia, os próprios políticos já aceitam alterações nos sistemas até agora utilizados passando a prever o referendo em questões específicas e de interesse da população<sup>1</sup>. Esta preocupação surgiu, principalmente, a partir da assinatura do Tratado da União Europeia, em 1992.

Neste processo, os meios de comunicação terão uma importante participação pois incentivam a opinião pública a exercer determinada pressão sobre os centros de decisão.

Outro factor determinante que poderá permitir o aumento do interesse e participação ao nível dos cidadãos será proceder à descentralização política aumentando o número de centros de decisão para que se tornem mais próximos e identificados com as diferentes regiões. Trata-se de uma questão polémica que tem sido debatida nos países europeus, inclusive Portugal.

Relativamente ao segundo ponto, o desenvolvimento da economia, da sociedade e da política nos países europeus do pós-guerra tem sido caracterizado pela intervenção do Estado.

Este sistema funcionou bem até aos anos 70 mas, nos anos posteriores, começaram a manifestar-se graves problemas resultantes da crise do petróleo e recessão económica de 1973/74, levando ao aumento do desemprego e crescente incapacidade financeira do Estado para lhe dar resposta. Daí que se torne urgente encontrar alternativas ao sistema existente actualmente (Iranzo 1994:111-119).

Assim, devemos encarar dois aspectos: o primeiro é se o sistema actual tem condições para se financiar; e o segundo se a sociedade pretende mantê-lo assumindo o esforço ou sacrifício respectivo.

Assistimos a determinados indícios que levam a pôr em questão a continuidade do Estado de Bem-Estar. Têm surgido correntes no sentido de recusar o intervencionismo estatal, assim como a existência de défices públicos elevados não lhe permitem assumir elevados encargos e a própria

<sup>1</sup> Cf. alterações constitucionais introduzidas na Constituição da República Portuguesa, em Setembro de 1997, em matéria de participação política.

gestão pública é ineficaz e incapaz de responder às exigências dos cidadãos. Por razões de morosidade e burocracia depara-se, ainda, com graves dificuldades de adaptação às necessidades dos sectores económicos e sociais.

Não se trata de pôr em causa o bem-estar baseado na assistência social e médica, a atribuição de fundos de desemprego ou o incentivo à criação de emprego. A grande questão é saber se o Estado terá capacidade para continuar a desenvolver estas acções.

**142** O papel determinante e decisivo do Estado na organização dos sistemas de protecção à velhice, desemprego e doença pode ser coordenado, em simultâneo, com a actividade privada. E temos como possível solução o desenvolvimento de acções sociais por parte de voluntários e organizações não governamentais.

Em épocas de crescimento há, normalmente, uma tendência para que os problemas sejam esquecidos e para que a sua resolução seja sucessivamente adiada. É imperativo que a médio e longo prazo se proceda a alterações estruturais que possam acompanhar a mudança que a sociedade industrial do pós-guerra tem sofrido.

No séc. XXI assistiremos a uma sociedade pós-industrial, de serviços, comunicação, informação e globalização da economia com que o Estado de Bem-Estar tem de se relacionar e a cujas exigências e pressões deve dar resposta (Almunia 1994: 79-88).

Actualmente, um dos graves problemas que afectam as sociedades europeias é o desemprego. Mas, para que aumente a taxa de emprego é necessário alterar a legislação laboral de forma a flexibilizar o mercado de trabalho, aperfeiçoar o sistema de formação profissional e retirar da protecção social qualquer incentivo ou convite para que se mantenha o desemprego de forma voluntária. E como se trata de se proceder ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e em que todos têm direitos mas também deveres, não podemos desligar o bem-estar da ética (Rovan 1993).

A questão da segurança social leva-nos a considerar o problema da diminuição da natalidade e conseqüente envelhecimento da população pois têm efeitos sobre as pensões, despesas de saúde, desenvolvimento de serviços sociais para assistência à infância, juventude e terceira idade.

No princípio do séc. XIX a população europeia representava cerca de ¼ da população mundial. Em 1990, a sua participação era de 9% e tende a descer para 6% em 2015, assim como cerca de 25% da população europeia

terá mais de 65 anos enquanto que, actualmente, apenas cerca de 20% tem essa idade.

A substituição das gerações necessita de uma taxa de 2,5 filhos por mulher o que não parece ser possível nos países europeus onde encontramos uma taxa média de 1,6<sup>2</sup>. A população está a estabilizar, podendo seguir-se o seu decréscimo.

A ideia que se desenvolveu na segunda metade do sec. XX de que o sistema de protecção social só poderia ser mantido por um Estado que controla grande parte dos recursos da sociedade é posta em causa quando os Estados europeus já falam de orçamentos insuficientes e da necessidade de atribuir à sociedade civil o encargo do seu bem-estar (Zetterberg 1991: 321).

Teremos uma situação, no futuro, em que a população activa terá de se confrontar com grandes sacrifícios sociais e estará mais sujeita a pressões exercidas pelo seu enquadramento político, económico e social o que aponta para a criação de uma política de natalidade a desenvolver pelos próprios Estados.

Esta problemática levanta a seguinte questão: A Sociedade de Bem-Estar do pós-guerra conduzirá à Sociedade de Mal-Estar no próximo século? Ou será um ciclo com retorno?

No que se refere à alteração de valores, a crise religiosa e espiritual que se tem desenvolvido na sociedade ocidental afecta a confiança na racionalidade e nas instituições. Esta desorientação ético-moral alerta para a necessidade de dinamizar acções comuns em matéria de justiça, solidariedade e democracia.

Nas sociedades actuais, os valores pós-materialistas passam a ter prioridade sobre os materialistas. De acordo com Inglehart (1991:419-445), tem-se verificado um desvio da atenção para novos temas políticos e o aparecimento de novos movimentos sociais, como associações cívicas, para dar resposta aos problemas que vão surgindo, assim como uma alteração dos critérios pelos quais as populações ocidentais avaliam o seu bem estar (consumismo).

Trata-se de um processo de mudança cultural que tem vindo a transformar as orientações religiosas, os costumes e normas culturais da sociedade ocidental.

---

<sup>2</sup> Fonte: World Population Data Sheet, Population Reference Bureau, Washington, reproduzido por Market-Europe, 1992

A prosperidade do pós-guerra (final dos anos 40 até 70) levou a um aumento dos pós-materialistas nas sociedades industriais avançadas enquanto que os períodos de escassez tendem a aumentar o materialismo.

144

Assim, quanto à estrutura da dimensão materialista/pós-materialista, existe uma tendência para a polarização em dois grupos: um que atribui prioridade à segurança económica e física e outro que considera prioritária a realização de uma sociedade menos impessoal, mais participativa e em que as ideias, auto-expressão e estética sejam fundamentais (Inglehart 1991: 171). Os valores relativos à protecção ambiental tenderão a aumentar devido ao limite dos recursos. Torna-se importante encontrar um ponto de equilíbrio pois sem recursos não pode haver desenvolvimento da economia

Como exemplo da alteração de valores relativos à família temos uma maior aceitação da maternidade sem casamento, o aumento dos divórcios, aborto e nascimentos ilegítimos nas últimas duas décadas, o que foi acompanhado por mudanças legislativas (Irlanda, Espanha e mesmo Portugal), a carreira profissional como realização pessoal tornou-se mais importante do que a natalidade o que põe em questão a importância dos filhos na vida da mulher e, por último, a diminuição da adesão a normas religiosas e culturais tradicionais.

A desorientação cultural, moral e religiosa leva a que as pessoas sejam influenciadas mais facilmente e daí o contínuo aumento do número de seitas<sup>3</sup>. O fundamentalismo religioso tornou-se uma ameaça à estabilidade e segurança da sociedade civil.

Durante séculos, a Ética ou Moral foi considerada como parte da Religião. Com a autonomia das diferentes instituições, poder político e igreja, a organização das sociedades modernas deixa de lado o factor religioso. Daí que seja importante que a Igreja se adapte às mudanças sociais e culturais.

Devido ao declínio dos valores religiosos tradicionais no final do séc. XX e à necessidade de segurança e orientação moral é possível que na sociedade pós-industrial se verifique uma renovação dos valores espirituais. Já não se assiste a uma luta de classes mas a uma luta de valores, o que exige uma igual adaptação por parte dos partidos políticos (temos assistido ao desenvolvimentos dos partidos ecologistas).

A ordem mundial do pós-guerra está alterada devido à abertura dos países da Europa de Leste. A democracia, o Estado de Direito, a economia de

---

<sup>3</sup> Temos como exemplos as seitas de David Koresh nos EUA, em 1992, Verdade Suprema no Japão, em 1995 e outras que surgem nos países europeus (Meninos de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus)

mercado e o desejo de paz e solidariedade tornaram-se valores universais e que qualquer sociedade deve alcançar. No entanto, assiste-se, como afirmou Vaclav Havel, a uma «*falta de vontade em sacrificar o interesse particular pelo bem-estar geral*»<sup>4</sup>.

O ressurgimento dos fenómenos de xenofobia e racismo põem em questão o estatuto de cidadania (Lucas 1992: 69) assim como os direitos sociais e humanos cujo compromisso de protecção tem sido assumido pelos Estados europeus<sup>5</sup>. São sentimentos que se têm desenvolvido na Europa onde os problemas de integração de estrangeiros se mantêm e terão tendência a aumentar devido ao crescimento demográfico dos países mais pobres do sul que levarão ao aumento das correntes migratórias (Carlos 1993: 415-421) e à medida que se proceda ao alargamento da União Europeia aos países de Leste.

Apesar de ser necessário criar um enquadramento jurídico adequado, torna-se mais relevante o comportamento que a sociedade efectivamente adopta. Não podemos encarar esta situação com pessimismo mas, estes problemas, de que já temos indícios, devem ser ultrapassados futuramente e, por isso, lhes chamo “desafios”.

<sup>4</sup> In Temas para el debate, nº3, Fevereiro, 1995, p.63

<sup>5</sup> Convenção Europeia dos Direitos do Homem do Conselho da Europa e Carta Social Europeia de 1989 reforçada com o Protocolo Social de 1992 no âmbito do Tratado da União Europeia

## BIBLIOGRAFIA

ALMUNIA, JOAQUIM. "Cambios necesarios en el Estado del Bienestar", *Sociedade y Utopia, Revista de Ciencias Sociales*, nº4, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología Leon XIII, Madrid, (1994):pp. 79-88

CARLOS, LEONOR PALMA, "Emigração e integração", *Emigração/Integração em Portugal*, Lisboa: Editorial Fragmentos, (1993): pp.415-421

CROZIER, MICHEL, "Sistema burocrático de organización", *El fenomeno burocratico*, s/d

INGLEHART, RONALD, *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*, Madrid:Centro de Investigaciones Sociologicas, 1991

**146** IRANZO, JUAN E. E AL., "La crisis del Estado de Bienestar", *Sociedade y Utopia, Revista de Ciencias Sociales*, nº4, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología Leon XIII, Madrid, (1994):pp. 111-119

LUCAS, XAVIER DE, *Europa: Convivir con la diferencia?*, Madrid: Editorial Tecnos, 1992

ROVAN, JOSEPH, *Como tomar-se cidadão da Europa, Primeiro os deveres depois os direitos*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993

TOFFLER, ALVIN, *A Terceira Vaga*, Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1984

TOURAINÉ, ALAIN, *Qué es la democracia?*, Madrid: Temas de Hoy, Ensayo, 1994

ZETTERBERG, HANS L., "The Structuration of Europe", *International Journal of Public Opinion Research*, vol.3, nº4,(1991): pp. 309-322